



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO QUATRO (2017-2021) DA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CAR-
REGAL DO SAL, REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO
DO ANO DE 2018.**

—Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.—

**—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. RE-
GISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNI-
CIPAL.—**

—Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos.—

—Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e António Marques da Costa Pinto, tendo sido substituídos, nesta sessão, por Cilene Gomes Lindinho face ao impedimento de José Figueiredo Castanheira e por Sónia Marisa Freitas Nascimento, a quem desejou as boas vindas, dado ter sido a primeira vez que participavam neste órgão deliberativo.—

—REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO. —

—Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, do Vice-presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva, Toni Serge Costa Ribeiro e Ana Cristina Silva Sousa Borges.—

—INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.—



———O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado neste órgão deliberativo, arquivado em pasta e disponível para consulta, tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros: _____

———**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

———1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

———**ORDEM DO DIA** _____

———2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

———APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

———3. **ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018.**-----

———PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS (LEI N.º 112/2017, DE 29/12). ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

———4. **ERSAR – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS**

———PARECER DA ERSAR SOBRE O TARIFÁRIO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO PARA 2018. APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

———5. **COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL** _____

———5.1. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO, DO ANO DE 2017, REFERENTE À ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL. _____

———5.2. OFÍCIO DA CPCJ, REFERENTE AO PEDIDO DE DESIGNAÇÃO DE 4 CIDA-

DÃOS ELEITORES PARA FAZEREM PARTE DA CITADA COMISSÃO. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **6. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZASSETTE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que estavam dois projetos de ata para serem votados e aprovados e que pensava que apesar de alguns problemas surgidos com os emails institucionais, se estava em condições de votar os respetivos projetos de ata. _____

_____ Colocada em votação, a ata da sessão extraordinária realizada no dia dezassete de novembro de dois mil e dezassete foi aprovada por maioria, com três abstenções dos membros Casimiro Loureiro, Sónia Nascimento e Cilene Lindinho. _____

_____ O membro Casimiro Loureiro, após cumprimentos, apresentou declaração de voto, referindo que a sua abstenção se prendia com o facto de não lhe ter sido facultado atempadamente, via email institucional, o acesso aos projetos de ata. Disse ter contactado os serviços camarários, dando conta do sucedido, e que após esse contato foi informado que a situação estava resolvida. No entanto, não conseguiu acesso via email aos projetos de ata e quando o conseguiu, via telemóvel, foi considerado *spam*, aliviando que, possivelmente, poderá ser alguma firewall, que estando ativa, não permite o

acesso. Fez um pedido por escrito, para poder receber por correio postal toda a documentação, com inclusão dos projetos de ata. Concluiu, lamentando o facto dos serviços técnicos não terem resolvido o problema, afirmando não pretender utilizar o email institucional e se tal excecionalmente vier a ser necessário pediu para ser utilizado o email particular. _____

_____O Presidente da Câmara usou da palavra para pedir que quando tais situações acontecerem o possam contactar de imediato, de modo a que com os serviços de informática possam resolver este tipo de situações. _____

_____O membro Casimiro Loureiro reafirmou ter contactado os serviços da Câmara Municipal, que lhe disseram que o problema estava resolvido, mas a verdade é que quando conseguiu aceder, pelo telemóvel, foi considerado como *spam* (lixo eletrónico), julgando que tal situação resulta de alguma firewall do servidor da Câmara que se encontra ativa, pelo que para resolver esta situação prescinde da utilização do email institucional. _____

_____O Presidente da Câmara disse ser estranho o que se tinha passado, na medida em que a dificuldade de acesso sentida pelo membro Casimiro Loureiro, não foi sentida pela maioria dos membros da Assembleia Municipal e se a firewall está ativa para o membro Casimiro Loureiro e para todos os restantes membros. Assim, convidou o membro Casimiro Loureiro a deslocar-se à Câmara Municipal para que em conjunto com os serviços de informática se possam fazer os respetivos testes e verificar quais as razões de não ter acesso. _____

_____ **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** _____

_____ Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezasseite foi aprovada por maioria, com três abstenções dos

membros Casimiro Loureiro, Sónia Nascimento e Cilene Lindinho. _____

_____ O membro Casimiro Loureiro apresentou a mesma declaração de voto, aquando da aprovação da ata anterior. _____

_____ **INFORMAÇÕES DIVERSAS.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, dando algumas explicações de como aceder aos emails institucionais para onde, por regra, a correspondência e os projetos de atas são enviados. _____

_____ Recordou, ainda, que as sessões ordinárias da Assembleia Municipal são levadas a efeito na terceira sexta-feira do mês respetivo, pedindo para que tal agendamento fosse registado. _____

_____ Destacou da correspondência recebida: _____

_____ - Agradecimento da família do falecido ex-Presidente da Câmara, senhor Atílio dos Santos Nunes, que leu; _____

_____ - Moções abordando os incêndios florestais e sobre a defesa do Interior; _____

_____ - Moção apresentada na assembleia intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, apresentada pelo membro desta Assembleia Municipal, Casimiro Loureiro, do que já tinha dado nota na última sessão; _____

_____ - Parecer da CCDRC sobre a consulta feita sobre a aplicação ou não do método de Hondt numa votação, que tinha sido enviado aos membros da Assembleia Municipal, pelo que a deliberação que tinha ficado suspensa, considera-se efetiva e válida. Face ao alegado não recebimento do parecer por parte de alguns dos membros, o Presidente da Assembleia Municipal deu explicações sucintas acerca do mesmo, informando que a posição adotada tinha sido correta e de que iria distribuir em papel o citado parecer. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para intervir acerca deste último assunto, afirmando que desconhecia o conteúdo do parecer jurídico da CCDRC, _____

mas fazendo boa-fé das palavras e da decisão da Mesa, incumbia a esta de futuro anunciar previamente a qualquer votação, qual o método que se iria aplicar, se proporcionalidade, se maioria absoluta, se maioria simples, se maioria qualificado, afirmando que deverá o Presidente da Assembleia Municipal a ficar com essa responsabilidade de forma que os processos sejam transparentes, exequíveis e objetivos, o que não se verificou na votação em causa que originou o pedido de parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para afirmar que para a Mesa o que tinha sido aplicado foi a regra da maioria, à semelhança de tantas outras votações e que o parecer tinha sido pedido à CCDRC por ter sido suscitada a questão de se seria de aplicar ou não o método de Hondt. Recordou que o regimento era omissivo quanto a esta matéria. No caso da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o pedido da eleição mencionada referia expressamente que seria para aplicar o método de Hondt. —————

———*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para discordar da intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que o caso da eleição solicitada pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e aplicação do método de Hondt resultava diretamente da lei e que no caso das votações das propostas apresentadas à Assembleia Municipal, na omissão das disposições do Regimento, competia ao seu Presidente esclarecer previamente qual a figura que iria ser utilizada. —————

———Ultrapassado este assunto, o Presidente da Assembleia Municipal informou ainda: —————

——— - Terem sido rececionadas declarações emanadas da Câmara Municipal, no âmbito do cumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em atraso; —————

_____ - Deu nota sobre a sua participação em iniciativas diversas que tinham acontecido no período que mediou esta sessão ordinária e a última, tendo destacado a sua presença na Feira da Pinha e do Pinhão, Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal; nos espetáculos da Naco Cantat, em Oliveira do Conde e Carregal do Sal; no espetáculo do Coro Mozart, promovido pela Fundação Lapa do Lobo; no teatro Contos do Baco, pelo Teatro Montemuro; e na Queima da Comadre e do Compadre, da Associação Recreativa e Cultural de Alvarelos. _____

_____ Deu conta de que a Comunidade Intermunicipal irá realizar a próxima sessão da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no próximo dia vinte e três de abril de dois mil e dezoito. _____

_____ Por fim, referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção no uso da palavra aquando das intervenções, de forma a conseguir a celeridade e o bom andamento da sessão. _____

_____ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, aceitando inscrições. Inscreveram para usar da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: _____

_____ *José Manuel Lopes Flório* – Usou da palavra para, após cumprimentos, afirmar que era a terceira vez que iria falar sobre o assunto, ou seja, de que em dois mil e dois, quando a Câmara Municipal era governada pelo Partido Social Democrata, naquele órgão tinha sido aprovada uma proposta apresentada pelo membro do Partido Socialista, Luís Fidalgo, e que se traduzia na possibilidade de ser colocado um busto do então Presidente da Câmara Municipal, Atílio dos Santos Nunes, na Praça do Município, passando o espaço a designar-se por “Espaço Atílio dos Santos Nunes”. Disse que as deliberações

dos órgãos do Município (da Câmara e no caso da Assembleia Municipal) são para cumprir, mas a verdade é que passados dezasseis anos nada tinha sido feito. Sabia que tinha sido dito que este tipo de homenagens não seria para fazer a pessoas em vida, mas julgava que, face ao falecimento recente do ex-Presidente da Câmara Atílio dos Santos Nunes, estava-se no tempo exato para operacionalizar essa promessa, nada existindo que possa obstar ao cumprimento da deliberação, pelo que apesar de não ser da responsabilidade do atual Executivo Camarário, pedia a este as diligências necessárias ao fim em causa.

——— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para, após cumprimentos, informar que iria abordar três questões simples: A primeira que tem a ver com o facto de em quinze de março de dois mil e dezoito terminar o prazo para a limpeza dos terrenos e dos matos por parte dos proprietários e da criação de faixas de contenção, questionando se, caso estes não o façam, a Câmara Municipal tem meios para os fazer cumprir ou para se substituir nessas tarefas a esses proprietários. Em suma, pretendeu saber se a Câmara Municipal tem meios para proceder à limpeza das faixas de contenção; se na sequência do Edital publicado em vinte e três de janeiro último, a Câmara Municipal tem capacidade técnica e logística para fazer a limpeza dos terrenos dos proprietários incumpridores, até trinta e um de maio de dois mil e dezoito; e se a Câmara Municipal tem capacidade para aplicar coimas a esses mesmos incumpridores e, se tiver de fazer a limpeza, quem é que paga. Concluiu a sua intervenção, questionando a Câmara Municipal se tem sido feita alguma vistoria às várias bocas de incêndio espalhadas pelo nosso Concelho, em que, provavelmente, devido aos incêndios florestais, algumas poderão ter sido destruídas/danificadas.

——— *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para, após cumprimentos,

questionar a Câmara Municipal sobre a climatização e o sombreamento da zona de recreio do Centro Escolar (Escola Básica Nuno Álvares) e da oportunidade de identificar, após o flagelo dos incêndios florestais, de outros percursos pedestres existentes no Concelho de Carregal do Sal e os respetivos caminhos de acesso. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para, parafraseando o Primeiro Ministro de que “palavra dada é palavra honrada”, iria entregar ao Presidente da Câmara o valor recebido pelas senhas de presença na primeira sessão deste órgão deliberativo pelos membros do Partido Social Democrata com assento nesta Assembleia Municipal, destinado ao fundo de apoio às vítimas dos incêndios florestais de quinze de outubro de dois mil e dezassete. Pediu para que a bancada fosse informada, apesar de se tratar de um donativo singelo, sobre a aplicação do mesmo. De seguida, corrigiu a intervenção do membro José Flórido, dizendo para não se preocupar com o ano de dois mil e dois, mas sim com os anos de dois mil e sete e dois mil e oito, em que foi aprovada que a atual Praça do Município, em frente ao Edifício dos Paços do Concelho, se iria designar por Praça Atílio dos Santos Nunes, com a inclusão da colocação de um busto. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que tinha sido publicado, no Jornal de Notícias, um mapa interativo com as áreas ardidadas e com todas as intervenções de primeira e segunda necessidade, tendo constatada que a área correspondente ao Município de Carregal do Sal não aparece identificada, questionando qual a razão de tal omissão. Questionou, também, qual o ponto de redução do preço da água em vinte por cento, que tinha sido um compromisso da campanha eleitoral do atual Presidente da Câmara. Solicitou, de acordo com requerimentos apresentados, que fosse dado conhecimento de todas as despesas que a Câmara Municipal teve com a realização da recente edição da Feira da Pinha e do Pinhão, Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal; o levanta-

mento das casas existentes nos bairros sociais, onde estão localizadas e como se encontram ocupadas; a informação sobre as candidaturas a subsídios do Movimento Associativo, reportada a trinta de novembro de dois mil e dezasseis e trinta de novembro de dois mil e dezassete. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para, após cumprimentos, afirmar que a sua intervenção tinha a ver com os seguintes aspetos: O Grupo de Trabalho no âmbito da proposta Contra a Violência Doméstica que tinha sido aprovada na última sessão da Assembleia Municipal e que propunha que fosse constituído por um número de pessoas o mais aberto e abrangente possível à sociedade, ou seja, por um membro de cada grupo municipal, um membro do Centro de Saúde, um membro da comunidade educativa, um membro das forças policiais, a Vereadora da Câmara Municipal, Associações como AMI, UMAR, REDE e OLHO VIVO. Disse que o primeiro foco será fazer o ponto de situação do passado e do presente, criar um gabinete de apoio, promover campanhas de sensibilização e também criar um plano municipal contra a violência doméstica. Afirmou que iria entrar em contacto com as pessoas para operacionalizar este assunto. Mudando de assunto pediu para ser informado sobre o ponto de situação da redução do preço da água do abastecimento público e da situação veiculada na comunicação social de terem aparecido resíduos de hidrocarbonetos num terreno onde estava a ser construído uma casa em frente às bombas localizadas na Vila Sede. Disse que as propostas que pretendia apresentar tinham a ver com temas sobre a criação do Estatuto do Animal Comunitário e sobre a Floresta Protegida, tendo procedido à sua leitura. _____

_____ O Presidente da Assembleia usou da palavra para solicitar que quando os membros pretendam apresentar moções ou propostas como foi o caso do membro Diego Garcia, as façam chegar à Mesa com antecedência, de forma a que esta as possa enviar

aos membros, de molde a que possam conhecer e estar dentro do seu conteúdo. —

——— *Francisco Azevedo da Silva* – Usou da palavra para, após cumprimentos, felicitar a Câmara Municipal pelo sucesso da Feira da Pinha e do Pinhão, Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal, dando visibilidade e benefícios ao Concelho, acreditando a bancada do Partido Socialista que tinha sido uma aposta ganha. —————

——— *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para, após cumprimentos, solicitar explicações sobre a colocação de novos ecopontos no Concelho de Carregal do Sal, por parte da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, não estando contempladas, nessas novas colocações, as Freguesias de Beijós e de Parada. Disse ter colocado esta questão ao Presidente da Câmara que, por sua vez, o colocou à Associação, entidade responsável pela candidatura, que respondeu nos termos do documento de que procedeu à sua leitura, podendo concluir-se que a solução adotada para efeitos de candidatura em dois mil e quinze teve a ver com a maximização dos critérios da candidatura e não com necessidades efetivas, pelo que pediu ao Presidente da Câmara para intervir, de modo a que as Freguesias de Beijós e de Parada fossem também contempladas com novos ecopontos. —————

——— Esgotadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que as propostas apresentadas pelo membro Diego Garcia fossem adiadas para a próxima sessão da Assembleia Municipal, o que foi aceite pelo proponente. —————

——— De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. —————

——— *Presidente da Câmara* – Começou a sua intervenção por saudar os presentes.

——— Ao membro José Flórido respondeu que na última sessão da Assembleia não tinha especificado o que era e só agora o tinha feito, pelo que iria determinar aos serviços para procurarem essa proposta, nos anos de dois mil e dois e também nos anos de

dois mil e sete e dois mil e oito, face à intervenção do membro Casimiro Loureiro, sendo certo que não tinha sido o seu Executivo que tinha falhado. O que for encontrado será presente a uma próxima sessão desta Assembleia Municipal. —————

—————Ao membro Manuel António disse que a preocupação demonstrada é também a sua e de muitos presidentes de Câmara, pois fazer leis em gabinete é muito fácil o difícil é colocá-las em prática. Informou que iriam ser promovidas sessões de informação e de esclarecimento aos proprietários, no âmbito da limpeza de faixas de combustível, num raio de cinquenta e cem metros à volta das edificações, do cumprimento das distâncias das árvores às edificações, entre copas e da desmatação. Os proprietários são obrigados a fazer as limpezas até ao próximo dia quinze de março e caso não o façam os municípios têm de o fazer até trinta e um de maio, sob pena de sofrerem penalidades financeiras, pelo que deu a informação de que a Câmara Municipal iria fazer, a breve prazo, um concurso para adjudicar este tipo de serviço a uma empresa, prevendo, no entanto, que iria ser difícil encontrar empresas disponíveis. Quanto à capacidade para aplicar coimas, disse que existia essa capacidade, mas que por vezes era difícil encontrar os proprietários, recordando o que tinha acontecido com muitas das notificações feitas pela Câmara Municipal de Carregal do Sal, após o incêndio de Pedrógão, que muito ajudaram a minimizar o impacto dos incêndios florestais de outubro. Relativamente às bocas de incêndio, informou que tinha falado recentemente com o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, no sentido de fazer o levantamento e vistoria, em conjunto com o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato.—

—————Ao membro António Batista respondeu que a Câmara Municipal já tem duas propostas sobre a climatização da Escola Básica Nuno Álvares, estando as mesmas a

ser analisadas para se verificar qual é a solução ideal, de modo a ser colocada a concurso. —————

—————Ao membro Casimiro Loureiro agradeceu o donativo entregue referente ao montante das senhas de presença da primeira sessão da Assembleia Municipal dos membros da bancada do Partido Social Democrata, informando que a mesma iria ser depositada na conta solidária e logo que seja possível será informado da sua aplicação. Relativamente ao veiculado pelo Jornal de Notícias disse não ter visto, mas só poderá ser um erro jornalístico. Quanto ao preço da água, informou que o assunto continuava a ser tratado, estava a demorar um pouco mais do que era previsível, tendo-se referido a um email recebido naquele dia, emanado da Sociedade de Advogados Sérvulo Correia, pelo que proximamente este assunto seria resolvido, sendo expetável a existência de uma tarifa provisória e passado algum tempo essa tarifa passará a definitiva. —————

—————Ao membro Diego Garcia respondeu que foi enviado um ofício dirigido à ARH acerca do assunto dos hidrocarbonetos, não tendo obtido até à data qualquer resposta. Quanto aos restantes assuntos disse que os mesmos eram do foro desta Assembleia Municipal. —————

—————Ao membro Carlos Batista informou que face à sua interpelação e apesar de estar dentro do assunto, pediu um esclarecimento por escrito, para se poder documentar e apresentar. O que se passou é que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, ao ter feito a candidatura a novos ecopontos e a viaturas, teve de o fazer cumprindo as regras da União Europeia, pois se assim não fosse a candidatura não seria aprovada. Disse que iria ver o que poderia ser feito para tentar contemplar as Freguesias de Beijós e Parada, colocando, como hipótese, o recurso a ecopontos que vão ser retirados em sítios onde vão ser colocados ecopontos enterrados. —————

————— *Vice-presidente da Câmara* – Após a apresentação de cumprimentos, deu informação acerca da execução do projeto de sombreamento do recreio da Escola Básica Nuno Álvares, afirmando que o mesmo se encontrava em fase final de conclusão. ———

————— Face ao interesse demonstrado, o Presidente da Assembleia Municipal deu de novo a palavra ao membro Casimiro Loureiro. —————

————— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para agradecer e apresentar uma proposta à Câmara Municipal no sentido de fazer um protocolo com a Associação de Produtores Florestais, tendo em vista o cumprimento da limpeza das faixas de contenção/prevenção, face à previsível indisponibilidade de empresas do setor. Relativamente às bocas de incêndio, deu conta de muitas delas se encontravam abertas por causa da tragédia dos incêndios florestais de outubro findo, existindo uma no Sobral que nunca tinha funcionado. —————

————— *Presidente da Câmara Municipal* – Na sequência da intervenção do membro Casimiro Loureiro, informou que iria falar com o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, na medida em que a equipa de intervenção permanente existente também deve fazer face a este tipo de situações para verificar a funcionalidade ou não dos equipamentos. Todavia, disse que quando fossem verificadas situações do género, as pessoas deveriam alertar a Câmara Municipal, com uma simples chamada telefónica ou email, pois de imediato o problema seria resolvido. Relativamente ao protocolo, informou que a equipa de sapadores florestais do Concelho estava ao serviço do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, sendo obrigado a realizar serviço público, o que não permite fazer o planeamento desejado. Afirmou que essa tem sido a luta dos presidentes das Câmaras que fazem parte da Comunidade Intermunicipal da Região Vi-seu Dão Lafões, junto do Governo, entidade que pretende criar uma unidade de três equipas de sapadores florestais, com algum equipamento. Disse não se saber ao certo em

que termos é que este assunto vai ser operacionalizado, mas da forma como foi apresentado, afigura-se pouco exequível. _____

_____ O Presidente deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* fez a apresentação deste ponto da ordem do dia. _____

_____ O Presidente da Assembleia declarou abertas inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra: _____

_____ *Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Usou da palavra para, após a apresentação de cumprimentos, solicitar um esclarecimento sobre a realização de obras no Campo Nossa Senhora das Febres do Clube de Futebol de Carregal do Sal, situação referenciada na informação escrita da última sessão da Assembleia Municipal e que agora voltava a aparecer, questionando se são outras obras ou se são as mesmas. Sabia que existia um contrato de comodato, que contemplava o Município como entidade responsável pela limpeza, manutenção e conservação, mas não tem responsabilidades em investimentos num edifício de uma Associação que daqui a alguns anos volta

para a sua posse. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para se referir ao Desfile de Carnaval, aos gastos de trezentos e noventa euros, ao facto das crianças terem sido brindadas com uma sandes de queijo e uma água, questionando se não poderia ter havido um outro reconhecimento da Câmara Municipal, através de um outro tipo de apoio.

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para questionar sobre que tipo de limpeza, manutenção e sinalética que foi promovida na Anta ou Orca dos Fiais da Telha. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para questionar a Câmara Municipal sobre se as candidaturas das ETAR tinham ou não sido aprovadas. _____

_____ *Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes* – Usou da palavra para, após a apresentação de cumprimentos, esclarecer que sem prejuízo dos esclarecimentos que a Câmara Municipal possa prestar, cumpria-lhe também dizer e esclarecer, na qualidade de membro da Direção, o conceito de conservação, pois no seu entendimento conservar é cuidar, tratar, investir num bem que é do Clube e de toda a comunidade, que atualmente tem nas suas camadas mais de cento e cinquenta jovens a praticar desporto. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que o membro Filipa Lopes tinha ficado mal na intervenção, por incompatibilidade, pois sendo membro da Direção do Clube deveria ter mostrado imparcialidade. Disse que o que estava a ser feito era para o Clube. Mencionou que o Pavilhão Gimnodesportivo da Vila Sede que serve muitos mais utentes do que o Campo Nossa Senhora das Febres está em péssimas condições e a Câmara Municipal não tem feito nada para o melhorar. O contrato de comodato não dá a propriedade plena. O que estava em causa era a dualidade de critérios perante uma estrutura que é do Clube de Futebol de Carregal do Sal e de uma outra (Pavilhão Gimnodesportivo), que é efetivamente da Câmara Municipal e da comunidade.

———O Presidente da Assembleia Municipal disse não querer fazer defesa de ninguém, mas a verdade é que a situação das incompatibilidades, levantada pelo membro Casimiro Loureiro, não tem sido seguida e a Mesa tem dado alguma liberdade para que os membros da Assembleia Municipal se refiram a associações onde têm assento nos órgãos sociais. _____

——— *Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes* – Usou de novo da palavra para se dirigir ao membro Casimiro Loureiro e afirmar que os critérios utilizados devem ser uniformes e na última sessão da Assembleia Municipal, o membro Paulo Catalino usou da palavra para falar do Clube de Futebol de Carregal do Sal, na qualidade de Presidente da Direção. Nada foi dito, não teve a mesma postura, pelo que a forma como interveio considera-a ofensiva e hostil. _____

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou de novo da palavra para dizer que o membro Filipa Lopes não tinha razão, pois a sua convicção foi de que o membro Paulo Catalino tinha invocado na sua intervenção a sua qualidade de líder do grupo municipal do Partido Socialista e não de dirigente do Clube de Futebol de Carregal do Sal. Mas ainda assim, o que estava em causa era a dualidade de critérios por parte da Câmara Municipal. _____

———O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de inscrições dos membros e deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. _____

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Ao membro Manuela Campos respondeu que relativamente à manutenção do Campo de Futebol Nossa Senhora das Febres está bem explícito no contrato de comodato e quando chove nos balneários há que proceder às reparações; quando há necessidade de pintar há que proceder à pintura, sendo certo que, no caso em apreço, a Câmara Municipal forneceu a tinta e fez a pintura do interior, _____

tendo o Clube de Futebol de Carregal do Sal arranjado a mão de obra para a pintura exterior. Relativamente ao propalado investimento, a favor dessa associação, disse não compreender as preocupações agora apresentadas, não se tendo manifestado, quando a Câmara Municipal pagou a totalidade da comparticipação do relvado sintético. —

— Ao membro Casimiro Loureiro respondeu que o Clube de Futebol de Carregal do Sal e o Campo Nossa Senhora das Febres movimenta muito mais jovens que o Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, pelo que deve merecer a consideração e o respeito de todos nós. Concluiu, referindo que a manutenção teria de ser feita e que o investimento será feito se houver comparticipação financeira para o efeito. —

— Ao membro Carlos Baptista informou que as candidaturas das ETAR já tinham sido aprovadas. —

— *Vice-presidente da Câmara* – Ao membro Manuela Campos esclareceu que uma obra tem várias fases, pelo que é possível aparecer em várias informações escritas.

— Ao membro Casimiro Loureiro informou que a Câmara Municipal tem noção de que o Pavilhão Gimnodesportivo Municipal está a necessitar de uma intervenção profunda. Contudo, está-se à espera que surja uma candidatura que enquadre esta obra, o que ainda não tinha acontecido. —

— Ao membro António Batista respondeu que o valor atribuído foi o pedido pelo Agrupamento de Escolas, sendo um pedido recorrente de anos anteriores. —

— Ao membro Diego Garcia referiu ser sua convicção já ter falado naquela Assembleia Municipal uma ou duas vezes sobre o assunto da sinalética dos circuitos e mais propriamente do da Anta ou Orca de Fiais da Telha. Referiu não ter havido a implementação de qualquer medida, porquanto ao nível da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, existe uma candidatura já aprovada, que vai uniformizar os modelos das placas e da sinalética. Não seria de bom tom investir quando está aprovada e em fase de ser

iniciada uma candidatura oportunamente apresentada. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. – _____

_____ **3. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018.** _____

_____PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS (LEI N.º 112/2017, DE 29/12). ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito, decorrente da operacionalização do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei número cento e doze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro). _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* apresentou este ponto da ordem do dia, tendo dado as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em análise, remetendo esclarecimentos adicionais para os documentos que tinham sido previamente distribuídos. Na sua intervenção, evidenciou as diligências prévias realizadas, nomeadamente o levantamento e a informação prestada à DGAL, em outubro findo, e a recente base legal referente ao programa de regularização dos vínculos precários que alargava o âmbito de aplicação inicialmente previsto. Referiu que a Lei número cento e doze barra dois mil e dezassete foi publicada em vinte e nove de dezembro e como é habitual foi analisada em termos técnicos e jurídicos, tendo havido o necessário aconselhamento jurídico sobre os passos a seguir. Reafirmou que, ao contrário do primeiro levantamento, esta lei foi mais abrangente em termos de potenciais candidatos, fazendo recuar no espaço temporal, mais propriamente a janeiro de dois mil e

quinze, em vez do período de um de janeiro a quatro de maio de dois mil e dezassete, o que obrigou a uma nova listagem de pessoas que serviram o Município nas mais diversas situações. Perante a especificidade da Lei e do programa a incrementar, referiu que foram cancelados os procedimentos concursais em tramitação e que os postos de trabalho a criar, cujo vínculo precário foi reconhecido por corresponderem a necessidades permanentes dos serviços, são os seguintes: um técnico superior de Direito para o Gabinete Jurídico e Contencioso; um técnico superior de Direito para o Julgado de Paz; um técnico de informática para o Gabinete de Informática e Inovação; um técnico superior de Desporto para a Educação e Serviço de Desporto; um técnico superior de Educação Musical para a Educação e projetos associados; um assistente técnico para o Balcão Multisserviços; um assistente técnico para o Museu Municipal; um assistente operacional para as Piscinas Municipais; um assistente operacional para o serviço de Jardinagem; um assistente operacional para o Serviço de Mecânico; um assistente operacional (canalizador) para o Serviço de Águas; dois assistentes operacionais (trolhas) para o Serviço de Obras; três assistentes operacionais (cantoneiros) para o Serviço de Cantoneiros. - _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que, numa primeira abordagem, a bancada do Partido Social Democrata era totalmente a favor da regularização de qualquer tipo de vínculo precário, como princípio inalienável. Relativamente à explicação dada pelo Vice-presidente da Câmara disse, pedindo-lhe desculpa, que a explicação dada não era a mais correta, na medida em que a lei era imperativa e obrigatória, afirmando que todos os precários deveriam ter sido contemplados, apelando a todos os trabalhadores que desempenharam funções a título precário nesta Câmara Municipal, no período indicado na lei, que requeiram a sua integração nos quadros.

Questionou, de seguida, se seria possível facultar a interpretação feita no âmbito do quadro legislativo em questão, interpretação essa que deveria ser bastante mais objetiva, ao invés era demasiado lata, assentava nas necessidades da autarquia, quando a filosofia da legislação era precisamente o oposto, pretendendo acabar com os precários e integrá-los nos respetivos postos de trabalho. Neste contexto, questionou a Câmara Municipal no sentido de saber se todos os precários vão ser colocados nos postos de trabalho que ocupam. Referiu, também, que a anulação dos procedimentos em curso gorou expetativas para potenciais candidatos e que qualquer jurista consegue reverter esta situação e ganharia as respetivas causas em Tribunal, face às anulações havidas. Afirmou que o Vice-presidente da Câmara deveria ter-se apresentado munido de uma explicação mais plausível. A explicação numérica estava correta, mas porque não estavam elencadas todas as avenças e porque é que estava contemplada a regularização do vínculo de um assistente técnico no Balcão Multisserviços, quando não havia conhecimento da existência de nenhum trabalhador naquele serviço com esse vínculo precário? Disse serem estas as pontas soltas que faziam levantar estas questões. Referiu que a Câmara Municipal e o seu Vice-presidente não deveriam tentar dizer aquilo que a lei não diz, lei essa que foi feita com base num programa do Governo, que é imperativa e deve ser cumprida. Disse que não devem ser discutidos mais ou menos lugares a incluir nos mapas de pessoal. A elencagem de todos os precários era obrigatória. Desafiou precários a requerer a sua integração. Reiterou, tal como já tinha afirmado, que a bancada do Partido Social Democrata tinha como princípio inalienável votar a favor da regularização de qualquer tipo de vínculo precário. Contudo, não poderia votar favoravelmente algo cujo pressuposto da explicação estava eivado de um subjetivismo atroz que atropela toda a lei, emanada do legislador e transversal a todas as situações de vínculos precários que deveriam ter sido elencados e que lhe parecia que o não tinham sido. Concluiu, afirmando

que a bancada do Partido Social Democrata era a favor da integração de qualquer tipo de vínculo precário, defendendo esta postura como princípio inalienável. —————

————— *Vice-presidente da Câmara* – Respondeu à intervenção do membro Casimiro Loureiro, começando por dizer que não aceitava as palavras do membro Casimiro Loureiro quando referiu que não se tinha preparado, deixando um conselho ao plenário para não acreditar nas palavras proferidas pelo identificado membro, na medida em que o que ele tinha dito não correspondia à verdade. A lei não diz aquilo que o membro Casimiro Loureiro referiu e conclui. Inclusive, a lei prevê um procedimento concursal e aí sim todos os trabalhadores podem ser opositores ao concurso. É incumbência do Município reconhecer os vínculos precários e este procedimento vai ser desenvolvido à luz do enquadramento legal, sendo um dos pressupostos as tarefas exercidas pelos trabalhadores. Desafiou-o a ler o guião/manual da regularização dos vínculos precários elaborado pela Direção Geral das Autarquias Locais para se inteirar do assunto. A lei prevê um procedimento de recrutamento cujo método de seleção é a avaliação curricular e, no caso de haver mais que um opositor, acresce a entrevista profissional de seleção. A lei pressupõe dois elementos de seleção e não a entrada direta como o membro Casimiro Loureiro pretendeu dizer. Concluiu, referindo que não lhe assentavam as palavras proferidas pelo membro Casimiro Loureiro, estava tranquilo quanto às explicações que tinha dado, que espelha a realidade e o que o membro tinha dito extrapolava a lei. —————

————— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que desde abril do ano passado que estava a fazer todos os vínculos precários da Administração Central, cuja legislação foi readaptada à Administração Local, referindo que se o Vice-presidente da Câmara quisesse um manual também lho arranjava. —————

————— *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para desafiar o membro Casimiro

Loureiro a mostrar o que tinha dito na sua intervenção, mas tal como ele tinha dito era uma readaptação da lei à Administração Local. Estava tudo dito. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para afirmar que o processo era complicado e confuso; parecia-lhe que havia técnicos superiores avançados que iriam passar para assistentes técnicos, afirmando ser importante a constituição de uma comissão paritária e da divulgação dos postos de trabalho a regularizar. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Usou de novo da palavra para afirmar que por lapso não tinha referido mas um dos pressupostos da integração eram as tarefas exercidas ou que estavam a exercer os trabalhadores e todos iriam ser notificados podendo concorrer. A elencagem das necessidades era o pressuposto basilar da lei. _____

_____ Findo o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 0 (zero) votos; _____

_____ Abstenções – 1 (uma) votos; _____

_____ A favor – 19 (dezanove) votos. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com uma abstenção do membro Diego Garcia e os restantes dezanove votos a favor, a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito, na sequência da implementação do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Lei número cento e doze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro), nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **4. ERSAR – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS**

_____ PARECER DA ERSAR SOBRE O TARIFÁRIO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO PARA 2018. APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. _____

———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente ao parecer da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, na sequência da aprovação da estrutura tarifária do ano de dois mil e dezoito.———

——— *Vice-presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* apresentou este ponto, tendo remetido esclarecimentos adicionais para a documentação que tinha sido previamente distribuído. Evidenciou a postura do Executivo Camarário nos últimos cinco anos que a pouco e pouco se tem mostrado correta quanto ao seu incremento, no que diz respeito à atualização paulatina dos tarifários. Referiu-se, de forma pormenorizada, ao tarifário a vigorar no ano de dois mil e dezoito e ao parecer emitido pela Entidade Reguladora, em análise.———

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que as candidaturas aprovadas para as duas ETAR – Currelos e Cabriz, foram aprovadas com cortes muito significativos, precisamente pela insuficiência dos tarifários. A aprovação aconteceu, com oitenta e cinco por cento e sobre os oitenta e cinco por cento cortaram vinte e cinco por cento, porque as nossas receitas dos tarifários não cobrem as despesas do sistema. Disse ter tido uma reunião com o Prof. Rui Cunha Marques, para verificar onde se poderia baixar os custos, nomeadamente ao nível das amortizações, para que o aumento de taxas, no futuro, não venha a ser tão grande.———

——— *Vice-presidente da Câmara* – Usou de novo da palavra para deixar um apelo para a unidade que deve haver sobre este assunto das ETAR, pelo que a união deveria ser a nossa força, de forma consciente e construtiva.———

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas inscrições.———

——— *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para afirmar que não tinha nada contra o relatório, mas a questão das amortizações já tinha sido levantada por si e

pelo Dr. Carlos Peixeira no ano transato, tendo sido referido que se deveria aproveitar a entrada do novo sistema de normalização contabilista para conseguir alguns ganhos. –

——— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para afirmar que o Bloco de Esquerda entendia que os munícipes não deviam sofrer o ónus da situação e antes de mexer nas tarifas, deveriam ser analisadas a ineficiência dos sistemas, de modo a que pudesse haver poupança. _____

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para questionar a Câmara Municipal acerca do não cumprimento das determinações da ERSAR e se existia algum registo de caudais, de ramais de ligação e de fossas séticas. _____

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para dizer que relativamente a este assunto estava subjacente o princípio do utilizador-pagador. Disse não estar à vontade para falar do assunto, mas à partida os números seriam mais fáceis de abordar, sendo certo que a ERSAR trabalhava dados que lhe eram fornecidos. Assim, parecia-lhe que os valores estimados de investimento em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove deveriam apenas ser consideradas na proporção da comparticipação a que a Câmara Municipal está obrigada no âmbito da construção das ETAR e não na totalidade. _____

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que com os sistemas atuais existentes, era impossível ter registos de caudais. O investimento a considerar é de cem por cento. _____

——— *Vice-presidente da Câmara* – Complementou a intervenção do Presidente da Câmara, respondendo a questões que tinham sido colocadas. _____

——— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para questionar se os custos de dois mil e dezassete eram iguais aos do ano de dois mil e dezoito, tendo mencionado que tinha pedido o número de ramais e de limpezas de fossas. _____

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dizer que a Câmara

Municipal tem esses dados e que a informação fornecida é feita no interesse do Município. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para dizer que o que foi feito foi uma previsão e o montante de investimento dividido pelos respetivos anos, não se sabendo ao certo se os preços das empreitadas irão baixar. _____

_____ Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrado este ponto da ordem do dia. _____

_____ **5. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL** _____

_____ **5.1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO, DO ANO DE 2017, REFERENTE À ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL.** _____

_____ O Presidente da Assembleia informou estava aberto e em análise o ponto referente ao Relatório, do ano de dois mil e dezassete, da atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal do Sal. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para questionar e saber qual a razão da não participação da CPCJ – Comissão de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal do Sal, em campanhas nacionais, como a prevenção dos Maus Tratos e o Dia Mundial da Criança. _____

_____ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Usou da palavra para responder e afirmar que o Dia Mundial da Criança é comemorado pelo Agrupamento de Escolas, não havendo sobreposição e a CPCJ tem registado atividades no âmbito da prevenção dos Maus Tratos e de outras atividades, ao longo do ano. _____

_____ *José Manuel Lopes Flórido* – Usou da palavra para felicitar a Vereadora Cristina Borges pelo trabalho excelente, dedicado a esta nobre causa, endereçando os parabéns

à Comissão. _____ ~

_____ Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrado este ponto da ordem do dia. _____

_____ 5.2. OFÍCIO DA CPCJ, REFERENTE AO PEDIDO DE DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES PARA FAZEREM PARTE DA CITADA COMISSÃO. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do assunto em referência, afirmando ter na sua posse uma proposta subscrita pelos grupos municipais, proposta essa que iria colocar em votação. _____

_____ Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada e subscrita pelos quatro grupos municipais com assento na Assembleia Municipal, designando os seguintes cidadãos eleitores: Efetivos – Ana Isabel Abrantes Ribeiro; Carina Isabel Pereira Pessoa; Elisabete Maria dos Santos Ribeiro Caldeira e Joana Carvalho Lopes. Suplentes – Cátia Daniela Simão de Almeida; e Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **6. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ Este espaço não foi utilizado. _____

_____ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria pedir aos secretários para

procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos números três e cinco pontos dois. Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____ Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e vinte minutos. _____

_____ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira.